



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Aracaju – SE, Ano 32, Edição 1658
19 a 25 de Janeiro de 2015



www.cinform.com.br



PREFEITURA RECORRE DA DECISÃO E ESTADO NÃO SE PRONUNCIA

Em nota, a Prefeitura Municipal de Aracaju - PMA - se pronunciou. Alegando que desde agosto do ano passado, a PMA já vem executando um plano completo de saneamento básico da Capital, firmado através de um convênio com a Universidade Federal de Sergipe - UFS. O plano engloba não só saneamento, mas drenagem, abastecimento, e resíduos sólidos de maneira integrada para a melhoria dos serviços realizados na cidade.

Por causa desta medida, que já vem sendo adotada desde o ano passado e cuja conclusão está prevista para o mês de outubro deste ano, a Prefeitura, por meio da Procuradoria-Geral do Município - PGM -, recorreu do pedido de caráter liminar determinado pelo MP/SE.

De acordo com a liminar, a PMA, através da Empresa Municipal de Obras e Urbanização - Emurb -, deveria promover, em 120 dias, estudos técnicos objetivando identificar todos os recursos hídricos da cidade de Aracaju, bem como todas as bacias de contribuição independentes, tendo como parâmetros o relevo e a topografia da região. No entanto, tal medida já está em execução e a PMA já recorreu da decisão.

O convênio assinado entre a gestão municipal e a UFS especificou que a parceria de um ano apresentaria um estudo no prazo de sete meses, o qual ainda não foi esgotado. Tendo como base esses estudos, que já estão sendo feitos, o plano integrado irá elaborar ações em saneamento, drenagem, resíduos sólidos e abastecimento de água.

"Todas as medidas pedidas já vinham sendo adotadas. A medida judicial determina uma obrigação que o Município já vem desenvolvendo. Por esta razão, já ingressamos com recurso adequado e confiamos no êxito do mesmo", destacou o procurador-geral de Aracaju, Carlos Pinna Júnior, que ainda recebeu reforço por parte do secretário de Meio Ambiente, Eduardo Matos.

"O que vamos apresentar e fazer vai além do que a Justiça vem pedindo nesta liminar. O plano, que já está sendo desenvolvido, será completo e integrado", afirmou o Eduardo.

A reportagem entrou em contato com a Assessoria de Comunicação da Deso e foi informada que a companhia ainda não tem um posicionamento jurídico sobre o assunto.